



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1428165 - SP (2019/0007229-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADOS : FERNANDO NEVES DA SILVA - DF002030
CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA - DF032288
ALBERTO MARCIO DE CARVALHO E OUTRO(S) -
SP299332
THAIS MORI PANDOLFI - SP349769
MARIANA VANINI - SP327117
AGRAVADO : TEREZINHA MEDEIROS
ADVOGADO : GERALDO PEREIRA DA SILVEIRA - SP122530

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CONTRATO COLETIVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE NATUREZA ABUSIVA RECONHECIDO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. TESE NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211/STJ.
AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu o seu recurso especial manejado contra acórdão, assim ementado:

Apelação cível Autora aposentada com benefício nos termos do art. 31 da lei 9656/98 - Plano de saúde - Obrigação de fazer, com pedido de antecipação de tutela - Contrato coletivo de plano de saúde - Reajuste de 28,00%, sem nenhuma demonstração de como foi calculado- Aumento 3 vezes maior que o

autorizado pela ANS para planos individuais, superior aos aumentos dos últimos três anos somados e equivalente à inflação dos últimos 5 anos e que, ainda, vem sendo cobrado com acréscimo dos prêmios retroativos, o que elevou a mensalidade em 48%- Necessidade de se aferir, com cautela, a correção do reajuste, observadas as normas do CDC Recurso provido nos termos do quanto decidido no agravo de instrumento, para que somente se autorize o reajuste da mensalidade pelo índice aprovado pela ANS para planos individuais Recurso provido (11227) (e-STJ fl. 175)

Os embargos de declaração foram rejeitados. (e-STJ fls. 231/233)

Nas razões do recurso especial a parte alega ofensa aos seguintes dispositivos legais: 489, 1º, 1.022, I, do Código de Processo Civil; 884 do Código Civil.

Sustenta preliminarmente que o acórdão deve ser anulado porque o Tribunal de origem não se manifestou a respeito da legalidade do reajuste demonstrados nos autos.

Quanto ao mérito, argumenta que o reajuste dos planos coletivos não são definidos pela ANS, devendo ser observada a previsão contratual para o reajuste. Assevera que a manutenção do julgado permitirá o enriquecimento sem causa do recorrido. Aduz dissídio jurisprudencial.

É o relatório.

Atendidos os pressupostos de conhecimento do agravo em recurso especial, passo a decidir.

No tocante à negativa de prestação jurisdicional, razão não assiste à recorrente.

Verifica-se dos autos que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia ao aplicar o direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em negativa de prestação jurisdicional apenas pelo

fato de o aresto recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Extrai-se do acórdão recorrido:

A carta da Seguradora esclarece que tal aumento se deve ao reajuste de 28% retroativa ao mês de março de 2014 e que o reajuste será cobrado, inclusive cumulativamente com as diferenças do reajuste dos meses anteriores, pag. 10. Isso, dá à mensalidade, ao menos durante 7 meses, um reajuste real de 48% (28% do reajuste e 20% do acumulado).

(...)

E muito embora os planos coletivos tenham outro tipo de reajuste, não definidos pela ANS, mas negociados, não se pode permitir aumentos abusivos, especialmente sem que venham acompanhados de cabal demonstração de como foram obtidos. No caso em tela o reajuste aplicado 28% é mais de três vezes maior ao teto máximo autorizado pela ANS para planos individuais e superior aos 26,73% dos reajustes dos últimos três anos (2011, 2012 e 2013).

É, ainda, equivalente a inflação oficial acumulada nos 5 anos anteriores ao reajuste. E se na ocasião do julgamento do agravo o reajuste de 28% se mostrava abusivo, neste sede recursal se verifica que a ré nada trouxe em contestação, como prova documental, a justificar o aumento estimado pelo custo coletivo do ex-empregador, tampouco produziu prova na fase instrutória, de modo que o reajuste deve ser afastado. (e-STJ fls. 176/177)

Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se claramente o enfrentamento da questão, não havendo, pois, omissão a ser reconhecida.

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA.

IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ART. 489 DO CPC/2015. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tiver encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

2. Verifica-se que o Tribunal estadual analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional. 3. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1352131/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL COM PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Não há negativa de prestação jurisdicional no caso, pois o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas a sua apreciação. Ademais, a jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os

argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto, não implica contrariedade ao art. 535 do CPC/73, vigente à época. Precedentes.

2. [...]

5. *Agravo interno desprovido.*(AgInt no AREsp 919.016/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

Lado outro, no caso em análise, o Colegiado local, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela ausência de comprovação a justificar o reajuste pretendido do plano de saúde, cuja revisão encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. REAJUSTE DAS MENSALIDADES. ABUSIVIDADE. REVISÃO.

NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *Na espécie, o Tribunal a quo reconheceu a abusividade do reajuste do plano de saúde amparado nas provas e no contrato firmado entre as partes. Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

2. *Agravo interno desprovido.*(AgInt no AREsp 1287198/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 30/08/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO

DE SAÚDE. GEAP. REAJUSTE. ÍNDOLE ABUSIVA RECONHECIDA. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. FUNDAMENTOS DO ARESTO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte de Justiça consolidou entendimento, no julgamento do REsp 1.280.211/SP (Relator Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/4/2014, DJe de 4/9/2014), submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, de que é possível o reajuste na mensalidade do plano de saúde com base na alteração da faixa etária, desde que previsto no contrato, e que o índice de reajuste não seja desarrazoado ou aleatório de modo a onerar excessivamente o consumidor.

2. No caso, o colendo Tribunal a quo analisou a questão com base nas cláusulas contratuais e nos elementos fáticos que permearam a demanda, concluindo pela falta de razoabilidade dos valores aplicados a título de reajuste na espécie. Desse modo, o acórdão recorrido está em conformidade com as conclusões tomadas no referido recurso especial repetitivo.

3. Rever as premissas estabelecidas pelas instâncias ordinárias implicaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via estreita do recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo, por analogia, a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1079771/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 23/05/2018.)

Quanto ao dissídio jurisprudencial, inviável se mostra o seu conhecimento, uma vez que o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça obsta a admissão do Recurso Especial tanto pela alínea "a" quanto pela "c" do permissivo constitucional.

Acerca do alegado enriquecimento sem causa, verifica-se que o Tribunal de origem não se manifestou quanto às alegações formuladas no recurso especial.

Nesse contexto, não se afigura possível conhecer dessa matéria na análise do presente recurso especial, em virtude da ausência do necessário prequestionamento, o que atrai a incidência da Súmula 211 deste Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 10 % sobre o valor da causa (e-STJ fls. 177), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 12% sobre o valor atualizado da causa é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator